

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

Sabrina Plá Sandini¹
sabrinapla@gmail.com
Fernanda Amaro²
amaro_feer@hotmail.com

114

RESUMO

É de grande importância compreender a importância que a alfabetização tem na escolarização das crianças e além disso, no exercício da cidadania, uma vez que uma pessoa alfabetizada é capaz de interagir socialmente, tendo maior acesso à informação, capaz de formar e expor sua opinião, social e politicamente. Assim, buscamos contribuir com as reflexões em torno do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, sobre o processo de Alfabetização e a formação dos professores, elucidando alguns índices de desempenho obtido pelos alunos nas Provas: Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e Prova Brasil no município de Guarapuava. Essa pesquisa é de caráter qualitativo, de natureza exploratória-descritiva. Isso porque se buscamos explorar as possíveis relações entre as políticas educacionais, a qualidade e o desempenho na educação em um determinado contexto. Por meio desse estudo, pudemos perceber que as metas previstas pelas políticas educacionais vigentes, foram atingidas antes do previsto, tendo um resultado positivo e satisfatório. Nesse sentido, destacamos a formação continuada como um dos elementos que contribuiu para o resultado positivo, entendendo que o exercício profissional do magistério envolve o plural, a coletividade, entre outras questões que não se limitam a um fenômeno bem circunscrito.

Palavras- chave: Formação de professores; alfabetização; PNAIC.

1. INTRODUÇÃO

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um programa governamental que, conforme o Ministério de Educação e Cultura (MEC), tem o objetivo de atingir a Meta 5³ do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina a alfabetização plena de todas as crianças até os oito anos de idade (final do 3º ano do Ensino Fundamental). Desse modo, o PNAIC é um compromisso firmado pelos governos Federal, Distrito Federal, Estados e Municípios.

O programa foi promulgado pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, sendo revogada

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa -UEPG e Doutoranda em Ciências de La Educación pela Universidade Nacional e La Plata – UNLP/Argentina. Participa do Grupo de Pesquisa Políticas, Formação do professor e Representações Sociais (POFORS-PUCPR). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Santa Amélia - SECAL. Especialista em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Tem experiência em diferentes níveis de ensino e, atualmente é professora colaboradora do curso de pedagogia na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/Paraná.

² Graduada em Pedagogia pela UNICENTRO, professora da Educação Básica.

³ O documento “Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação”, disponibilizado pelo MEC, explica que a Meta 5 tem por objetivo “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”, pois a raiz do analfabetismo funcional (quando se decodifica palavras, mas não compreende com texto todo) está nas séries iniciais, desse modo se objetiva a alfabetização plena das crianças para seguirem com seus estudos.

pela a Portaria nº 826/2017/MEC. “Este dispõe sobre as ações, Diretrizes gerais e formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação - PNME.” (MEC, 2017).

O PNME, designado pela Portaria nº - 1.144, de 10 de outubro de 2016, tem o objetivo, assim como o PNAIC, de melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e em Matemática no Ensino Fundamental. Desse modo, o PNME prolonga a permanência diária na escola, ou seja, os estudantes cumprem o horário normal de aula e no contra turno realizam atividades específicas de aprofundamento das referidas disciplinas.

Dessa forma, ambos os programas andam em conformidade para atingir tais objetivos, como é possível observar na Portaria 826/2017/MEC:

Art. 5º As ações de formação do PNAIC e do PNME têm por objetivos: I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica; III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB; e IV - contribuir para o aperfeiçoamento do desempenho dos professores.

A mesma portaria explana que o as ações dos programas têm quatro eixos norteadores, sendo eles: a) a formação continuada dos professores; b) materiais didáticos e pedagógicos específicos para a alfabetização; c) avaliações para o acompanhamento do desempenho de aprendizagem, realizada pela gestão do programa; d) controle social e mobilização para que todos possam agir em favor da melhoria da educação.

A partir disso, buscamos contribuir com reflexões em torno do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, sobre o processo de Alfabetização e a formação dos professores, elucidando alguns índices de desempenho obtido pelos alunos nas Provas: Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e Prova Brasil no município de Guarapuava.

Esse estudo filia-se aos pressupostos do método qualitativo, de natureza exploratória-descritiva. A pesquisa bibliográfica e documental, em artigos sobre a temática, foi utilizada para construir o referencial teórico que sustenta essa pesquisa. Em seguida, a busca de dados que demonstram os índices de desempenho dos alunos nas provas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e Prova Brasil, em documentos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sustentou o presente estudo, possibilitando reflexões sobre o PNAIC e contribuindo para a compreensão das possíveis relações entre as políticas educacionais, a qualidade e o desempenho na educação em um determinado contexto.

Nesse texto trazemos aspectos do processo de alfabetização como importante componente para o exercício da cidadania, na sequência o histórico do PNAIC dentro das políticas

educacionais e também como exigência de organizamos internacionais. Posteriormente trazemos algumas perspectivas da formação continuada de professores e alguns resultados do PNAIC em Guarapuava- PR.

2. O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

É de grande importância compreender a importância que a alfabetização tem na escolarização das crianças, como também, no exercício da cidadania, uma vez que uma pessoa alfabetizada é capaz de interagir socialmente, tendo maior acesso à informação, capaz de formar e expor sua opinião, social e politicamente, assim como Freire e Macedo (2011) apontam, a alfabetização é uma construção social, uma vez que o um ser analfabeto vive experiências ocultadas por outros.

Desse modo, a análise destaca a importância que a alfabetização exerce na escolarização e na cidadania das pessoas, observando a relevância dada a esse processo por meio das políticas educacionais, especificamente a proposta pelo PNAIC.

Nesse sentido, o documento disponibilizado pelo MEC, “Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental” (MEC, 2012, p. 19) explana sobre as possibilidades da alfabetização em forma integral:

A meta de alfabetizar meninas e meninos até 8 anos de idade não se cumpre na esfera exclusiva da linguagem escrita, mas sim de forma contextualizada, ampla e plural, envolvendo todo o mundo físico e biopsicossocial das crianças. A possibilidade de apropriar-se de conhecimentos acerca do mundo físico e social, das práticas de linguagem, de capacidades para interagir, de modo autônomo, por meio de textos orais e escritos, de experimentar situações diversificadas de interlocução na sociedade será oferecida pela escola nas tantas experiências criativas, imaginativas e sensoriais ofertadas às crianças, desde pequeninas.

Nessa perspectiva, a fase da alfabetização apresenta sua magnitude tanto no processo de escolarização quanto no convívio social. Por esse motivo, é de fundamental importância que os professores, dessa etapa de escolarização, possam compreender que a criança já tem contato com o mundo escrito antes mesmo de chegar à escola, assim como pondera Soares (2010), tal contato ocorre por meio de placas, revistas, propagandas, vendo pessoas lendo, lendo e etc., isso ocorre de forma assistemática, não planejada, mas que traz a curiosidade quanto a leitura e a escrita para as crianças. Quando se vai para a escola, é importante que os professores levem em consideração as experiências que as crianças já têm com o uso da língua e, a partir disso, conduza o aprendizado e o contato com a leitura e a escrita de modo que leve cada uma a se tornar uma pessoa

alfabetizada.

Soares (2010) elucida que alfabetizar, nesse sentido, é seguir a perspectiva do letramento, uma vez que se tem a preocupação em formar leitores capazes de interagir e entender o mundo escrito em todo âmbito social.

Desse modo, o PNAIC segue este encaminhamento, como fica explícito no Livreto “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: O Brasil do futuro com o começo que ele merece”, disponibilizado pelo MEC (2014), no qual, enfatiza que estar alfabetizado significa ter capacidade de interpretar e elaborar diferentes tipos de textos, interagir e atender diversas necessidades por meio da linguagem escrita, desempenhando tais tarefas com autonomia.

Para atingir o objetivo da alfabetização, o documento menciona que existem diferentes métodos de alfabetizar e que cada escola e professores podem se organizar como preferirem, porém, não se deve considerar a alfabetização como uma mera decodificação de palavras, pois como citado anteriormente, esse processo é bastante complexo. Deve-se considerar e garantir os direitos de aprendizagem e atentar para uma alfabetização concreta dos estudantes para que possam progredir com sucesso a escolarização.

Dessa forma, o documento orienta que as crianças devem se alfabetizar até os oito anos de idade, final do terceiro ano, desse modo, haverá um percurso de três anos até a efetivação da alfabetização. Esse processo será trabalhado gradualmente a cada ano, no intuito de introduzir, trabalhar de maneira sistemática até ser consolidado, no decorrer desses anos.

Deve-se lembrar que as experiências socioculturais dos alunos contam muito no processo da alfabetização. Existe uma diversidade de conhecimentos em uma turma, que cada aluno adquiriu fora da instituição escolar, assim os professores podem conhecê-las por meio de sondagem e utilizá-las em favor da aprendizagem de maneira planejada e bem articulada.

Na sociedade grafocêntrica que vivemos, ser plenamente alfabetizado, é a única maneira de participar ativamente da sociedade, exercendo sua cidadania. A relevância dessa fase é indiscutível, e por isso mesmo, tem sido alvo de diferentes políticas e projetos educacionais.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA

Considerando as necessidades desta sociedade, as políticas públicas são as representações da atuação do poder público em prol de atender tais demandas. Desta forma, como aponta Ball (2006), as políticas públicas funcionam como norteadoras das ações a serem tomadas com o propósito de cumprir determinados objetivos. Souza (2003, p. 13) complementa que a formulação de políticas públicas “produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”.

Na área da educação, tais necessidades e mudanças desejadas são analisadas e definidas

por agentes políticos, sendo assim, Dourado e Oliveira (2009) em uma análise do contexto contemporâneo em que vivemos, afirmam que as políticas públicas se focam para as recomendações do Banco Mundial, sendo então baseadas políticas educacionais internacionais, apontando a Lei de Diretrizes e Bases – LDB e o Plano Nacional de Educação – PNE como definidores dos objetivos e padrões de qualidade da educação.

Considerando o objetivo dessa pesquisa, vale ressaltar a importância da formação continuada. Conforme Caldeira (1993, apud Silva e Moita, 2012) a formação do professor não se caracteriza apenas pelo fim da sua graduação, uma vez que a sua atuação exige constante atualização e isso também vai além de um curso de atualização. Desse modo, ao se entender a educação como um processo, percebemos a formação contínua como parte do mesmo.

Desta forma, analisando especificamente o PNE, que de acordo com o MEC (2014) é um plano que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024, e é configurado por meio da LEI N° 13.005/2014. Percebemos que quatro metas se referem aos professores e sua formação, inicial e continuada. Sendo que uma em específico é focalizada na formação continuada de professores, a meta 16.

A meta 16, segundo o MEC (2014) busca “garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”. Deixando clara a intensão do governo regente na época sobre o desenvolvimento educacional desejado.

Compreendemos que as políticas públicas visam cumprir com um objetivo dentro de um determinado âmbito, e de modo específico, as educacionais baseiam as estratégias tomadas no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem. Sendo que a atuação de um profissional preparado e atualizado para atuar em tal processo, faz-se necessário, pois irá impactar de forma positiva na educação como um todo.

Sendo a alfabetização um grande pilar da aprendizagem, os professores atuantes nessa fase de ensino estão inseridos nessa realidade de constante atualização. Desse modo, podemos analisar as ações do Estado nesse sentido, onde programas formulados anteriormente, que já carregavam a preocupação de melhorias na alfabetização e a formação continuada específica para os professores dessa fase, influenciaram a criação do PNAIC, como veremos a seguir.

4. TRAJETÓRIA DO PNAIC

Compreendendo a importância da alfabetização, é relevante constar que as políticas educacionais têm um histórico que se volta em programas direcionados a alfabetização e em formação continuada dos professores alfabetizadores, pois há muitas décadas se observam as

mesmas dificuldades, inúmeras reprovações e evasão escolar.

Esse interesse pela alfabetização também vem ao encontro de metas e exigências de organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), entre outras que como Canan (2017) nos alerta, são instituídas no país, compondo um processo de reforma educativa, não anunciada, porém efetivamente implementada tendo como pano de fundo, interesses desses organismos internacionais.

Nos anos de 1990, o Estado formulou diversos programas governamentais devido aos preocupantes resultados educacionais obtidos. Dessa forma, foram criados programas, voltados ao atendimento da alfabetização com profissionais qualificados atuando nessa etapa de ensino, como Galindo e D'agua (2016) apontam, isso decorreu da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, que prevê em vários de seus artigos o aprimoramento contínuo dos professores atuantes nos setores públicos, sendo este, dever do Estado.

Dentre os programas mencionados, anteriores aos PNAIC, autoras Viédes e Brito (2015), Possa e Bragamonte (2018) Moreira e Saito (2013), Klein, Galindo e D'agua (2016) entre outros pontuam: PCN em Ação – Alfabetização de 1999; GESTAR II - Programa Gestão da Aprendizagem Escolar de 2000; PROFA - Programa de Formação de Professores Alfabetizadores 2001; PRALER - Programa de Apoio a Leitura e a escrita de 2003; PRÓ-LETRAMENTO - Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem de 2005; estes programas do Governo Federal; PAIC - Programa pela Alfabetização na Idade Certa de 2007, do Governo do Estado do Ceará e o Programa Além das Palavras de 2008, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Em linhas gerais, todos os programas tiveram o foco de aprimorar o Ensino Fundamental, por meio do ciclo de alfabetização⁴, tendo como foco a formação continuada dos professores. Cabe aqui, elucidar os programas que mais influenciaram a criação do PNAIC: PRÓ-LETRAMENTO - Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem e PAIC - Programa pela Alfabetização na Idade Certa e ainda Rede Nacional de Formação de Professores de 2007.

O PNAIC, assim como os outros programas já existentes relacionados ao processo de alfabetização tem como foco a formação dos professores alfabetizadores, entretanto uma das diferenças, foi o pagamento de bolsas aos participantes da formação continuada, que em sua primeira portaria n° 867, de 4 de julho de 2012, os professores alfabetizadores recebiam 200 reais

⁴ Ciclo de alfabetização: De acordo com os Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos do ensino Fundamental) do MEC de 2012, o ciclo de alfabetização é compreendido como o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental.

de bolsa. É esclarecido que os professores dependem de mais elementos para a melhoria de sua atuação, porém valorizar a atualização e constante formação é um dos importantes elementos para a mudança no contexto educacional.

É sabido que, a melhoria da educação passa também pela valorização profissional, com melhores condições de trabalho e salário digno dos profissionais que ali, atuam. Nesse sentido, oportunizar uma formação para os professores e ainda, oferecer uma bolsa, por mais que seja um valor simbólico, é aqui entendido como um avanço e um incentivo.

Entretanto, a bolsa dos alfabetizadores foi cancelada em 2017 pela Portaria nº - 851, de 13 de julho de 2017 coloca (MEC, 2017):

Art. 1º Fica definido o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC e do Programa Novo Mais Educação - PNME: I - Equipe de Gestão:

- a) Coordenador Estadual: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);
- b) Coordenador Undime R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);
- c) Coordenador de Gestão: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);
- d) Coordenador Regional: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais); e
- e) Coordenador Local: R\$ 1.000,00 (mil reais);

II - Equipe de Formação:

- a) Coordenador de Formação: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);
- b) Formador Estadual: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais);
- c) Formador Regional: R\$ 1.000,00 (mil reais); e
- d) Formador Local: R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais);

III - Equipe de Pesquisa:

- a) Coordenador de Pesquisa: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais); e
- b) Pesquisador: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

É lamentável o corte de bolsas apenas aos professores alfabetizadores, pois são eles que atuam diretamente com o processo de alfabetização. Porém, é necessário reconhecer que as ações do PNAIC, como distribuição de materiais e oferta de formação continuada direcionada ao processo de alfabetização, é de grande valia, especialmente a formação continuada em serviço, pois o profissional está em contato com a sua prática e realiza estudos direcionados a sua atuação, podendo se aperfeiçoar cada vez mais e buscar soluções imediatas para as dificuldades que encontra.

Ainda é importante ressaltar que, nesse processo de melhoria da educação, faz-se importante o envolvimento de todos, pois além da figura do professor, no processo de ensino e de aprendizagem, é necessário investimento nas escolas, materiais para o trabalho, o apoio dos responsáveis, uma estrutura adequada, além tantos de outros fatores que interferem na escola e, por conseguinte, no processo e nas práticas de alfabetização.

5. A FORMAÇÃO CONTINUADA

Diante da importância da formação de professores, e da necessidade de entender a realidade que os desafia, redimensionando seus conhecimentos sociais e profissionais, e da importância de compreender o processo de formação como uma ação permanente, refletir sobre a formação continuada se faz necessário.

De acordo com Gatti, Barreto e André (2011), a formação inicial e continuada dos professores, os planos de carreira, entre tantas outras questões relacionadas ao cenário educacional, no Brasil, são desafios para as políticas educacionais.

A melhoria da formação continuada é um fator importante no desenvolvimento profissional docente, mas não é o único. Fatores como salário, carreira, estruturas de poder e de decisão, assim como clima de trabalho na escola são igualmente importantes. Não se pode aceitar a explicação simplista de que basta melhorar a formação docente para que se consiga melhorar a qualidade da educação. (GATTI, BARRETTO e ANDRÉ, 2011, p.196)

Nesse sentido, concordamos que a formação contínua não pode ser realizada de forma desmembrada ou fora da realidade, ela deve andar em conjunto: prática diária dos professores e a teoria. Assim, o PNAIC tem a proposta de atender essa necessidade, como Klein, Galindo e D'agua (2016) apontam, a formação nele contida, articula a teoria com a prática, pois tem o foco com a alfabetização e reúne diversos alfabetizadores para trabalhar em equipe em seus aperfeiçoamentos. Assim, além de realizarem pesquisas e se atualizarem, ainda socializam e interagem por meio das trocas de suas experiências.

Essas ações estão previstas nos princípios da formação continuada do programa. Cardoso e Cardoso (2016) citam a Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, que descreve os objetivos com a formação dos professores: A prática da reflexividade; Mobilização dos saberes docentes; A constituição da identidade profissional; A socialização; O engajamento; A colaboração.

É esclarecido na pesquisa dos autores, que a prática da reflexividade diz respeito ao exercício de reflexão do trabalho e assim renovar cada vez mais sua prática em sala de aula, de forma qualificada; a mobilização de saberes docentes pretende valorizar o conhecimento construído pelo profissional e, ao mesmo tempo, fazer compreender que tal conhecimento pode ser repaginado, reconstruído e modificado, uma vez que o conhecimento e a educação são dinâmicos; A construção da identidade profissional, procura a posição de forma positiva do professor, trazendo a importância de sua ação em sala de aula para o meio social; A socialização, o engajamento e a colaboração têm a tarefa do trabalho em equipe, de trocarem experiências, colaborarem uns com os outros, motivarem-se e construir juntos melhores práticas de ensino.

Sobre a organização dessa formação continuada, Viédes e Brito (2015) explanam que são

realizados pelas IES (Instituições de Ensino Superior) tendo como agentes: Coordenador geral da IES; coordenador adjunto da IES; Supervisor da IES; formador da IES; coordenador das ações do programa nos Estados, Distrito Federal e Município; orientador de estudos e professor alfabetizador.

Os cursos já realizados tiveram diferentes ênfases, como o MEC (2017) aponta em um histórico do PNAIC. Em 2013, os professores participaram do curso com duração de 120h, que teve objetivo de articular diferentes elementos curriculares, tendo ênfase em Linguagem. Em 2014, objetivou-se aprofundamento nos estudos realizados no curso anterior, mas com a ênfase em Matemática, tendo 160h de curso. Em 2015, o foco foi a alfabetização e letramento das crianças, aprofundando sobre o currículo inclusivo e direitos de aprendizagem. Em 2016, a fim de fortalecer a gestão estadual e municipal, foram incluídos um representante da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e um coordenador regional para realizar articulações entre as redes.

O histórico não levanta pontos sobre a formação de 2017, mas esclarece que o objetivo é aperfeiçoar com as experiências obtidas dos outros anos, aprofundando ainda mais na alfabetização para atingir a melhoria da Educação Fundamental.

6. O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA EM GUARAPUAVA

O PNAIC tem seu sistema de monitoramento para a análise e então manutenção de seu funcionamento. Desse modo, a Portaria nº 826/2017/MEC designa em seu artigo 8º ser responsabilidade do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) aplicar avaliações externas de alfabetização em Português e Matemática e também para alunos concluintes dos 5º e 9º anos. Há, também, o SISPACTO, que conforme Cardoso e Cardoso (2015), é um sistema de informações para o monitoramento do programa, este auxilia no acompanhamento dos participantes da formação continuada.

Dessa forma, o INEP aplica a ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização) nas escolas públicas ao final do ciclo de alfabetização (3º ano) e a Prova Brasil ao final dos 5º e 9º anos. Para essa pesquisa, o foco é a ANA e a Prova Brasil aplica nas turmas de 5º anos.

Buscou-se resultados dessas avaliações no município de Guarapuava, por meio do portal do INEP, onde foi possível encontrar dados até 2016, como retrata o Quadro 1:

Quadro 1- Quadro Referência do INEP

Quadro Referência	
Escolas	Matrículas

Rede Municipal (RM)			43			12.004		
Taxa de matrícula nos anos iniciais %						Taxa de aprovação%		
	2015	2016					2015	2016
1º ano	2.201	2.150				1º ano	98,40	98,70
2º ano	2.139	2.223				2º ano	99,10	99,00
3º ano	2.734	2.518				3º ano	86,70	85,50
4º ano	2.722	2.522				4º ano	93,60	90,50
5º ano	2.568	2.591				5º ano	97,70	97,70
Taxa de reprovação %						Taxa de abandono %		
	2015	2016					2015	2016
1º ano	1,50	1,20				1º ano	0,10	0,10
2º ano	0,80	1,00				2º ano	0,10	0,00
3º ano	13,00	14,50				3º ano	0,30	0,00
4º ano	6,30	9,30				4º ano	0,10	0,20
5º ano	2,30	2,20				5º ano	0,00	0,10

Fonte: INEP, 2016. **Painel Educacional Municipal**. Disponível em: <<http://ana.inep.gov.br/ANA/>> Acesso em: 06 jan. 2018.

Deve-se considerar ainda que essas taxas podem variar, conforme a taxa de natalidade de cada ano, transferências para outras cidades (dentro ou fora do Paraná).

No Painel Educacional Municipal⁵, estão disponíveis os resultados da ANA no quesito leitura, escrita e matemática. Os resultados educacionais obtidos, em 2016, para leitura (prova objetiva) esteve entre o nível 2 e 3, sendo 37,96% para o nível 2 e 37,65% para o nível 3.

O INEP (2016) define nível 2 e 3 como:

Nível 2: Os estudantes provavelmente são capazes de: Localizar informações explícitas em textos curtos como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica; em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto. Reconhecer a finalidade de texto como convite, cartaz, receita, bilhete, anúncio com ou sem apoio de imagem. Identificar assunto de um cartaz apresentado em sua forma original e ainda em textos cujo assunto pode ser identificado no título ou na primeira linha. Inferir sentido em piada e em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal.

Nível 3: Localizar informação explícita em textos de maior extensão como fragmento de literatura infantil, lenda, cantiga folclórica e poema, quando a informação está localizada no meio ou ao final do texto. Identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em textos como tirinha e poema narrativo. Inferir relação de causa e consequência em textos exclusivamente verbais - piada, fábula, fragmentos de textos de literatura infantil e texto de curiosidade científica - com base na progressão textual; e em textos que articulam a linguagem verbal e não verbal - tirinha; sentido em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal com vocabulário específico de textos de divulgação científica ou que exige conhecimento intertextual de narrativas infantis; o assunto de texto de extensão média de divulgação científica para crianças, com base nos elementos que aparecem no início do texto; o significado de expressão de linguagem figurada em textos como poema narrativo, fragmentos de literatura infantil, de curiosidade científica e tirinha.

⁵ Trata-se de uma aba do site do INEP, onde estão inseridas informações sobre a educação dos municípios brasileiros.

Os resultados quanto a escrita, estiveram no nível 4, com 73,94%. O INEP (2016) considera o nível 4 como:

Os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, embora possam não contemplar todos os elementos da narrativa e/ou partes da história a ser contada. Articulam as partes do texto com a utilização de conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores, mas ainda cometem desvios que comprometem parcialmente o sentido da narrativa, inclusive por não utilizar a pontuação ou utilizar os sinais de modo inadequado. Além disso, o texto pode apresentar alguns desvios ortográficos e de segmentação que não comprometem a compreensão.

Em Matemática, os alunos atingiram 35,02% para o nível 2 e 28,78% no nível 4. Estes descritos ainda pelo INEP (2016) como:

Nível 2: Os estudantes provavelmente são capazes de: Ler medida em instrumento (balança analógica) identificando o intervalo em que se encontra a medida. Associar a escrita por extenso de números naturais com até três ordens à sua representação por algarismos. Reconhecer figura geométrica plana a partir de sua nomenclatura; valor monetário de cédulas ou de agrupamento de cédulas e moedas. Identificar registro de tempo em calendário; uma figura geométrica plana em uma composição com várias outras; identificar frequência associada a uma categoria em gráfico de colunas ou de barras; identificar frequência associada a uma categoria em tabela simples ou de dupla entrada (com o máximo de 3 linhas e 4 colunas, ou 4 linhas e 3 colunas). Comparar quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos desorganizados; quantidades pela contagem, identificando quantidades iguais; números naturais não ordenados com até três algarismos. Completar sequências numéricas crescentes de números naturais, de 2 em 2, de 5 em 5 ou de 10 em 10. Compor número de dois algarismos a partir de suas ordens. Calcular adição (até 3 algarismos) ou subtração (até 2 algarismos) sem reagrupamento. Resolver problema com as ideias de acrescentar, retirar ou completar com números até 20; problema com a ideia de metade, com dividendo até 10.

Nível 4: Os estudantes provavelmente são capazes de: Ler medida em instrumento (termômetro) com valor procurado não explícito; horas e minutos em relógios analógicos, identificando marcações de 10, 30 e 45 minutos, além de horas exatas. Reconhecer decomposição canônica (mais usual) de números naturais com três algarismos; composição ou decomposição não canônica (pouco usual) aditiva de números naturais com até três algarismos. Identificar uma categoria associada a uma frequência específica em gráfico de barra. Calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com mais de um reagrupamento (na unidade e na dezena); subtração de números naturais com até três algarismos com reagrupamento. Resolver problema, com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar, não envolvendo reagrupamento; com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar ou completar, envolvendo reagrupamento; de subtração como operação inversa da adição; com números naturais; de multiplicação com a ideia de adição de parcelas iguais, de dobro ou triplo, de combinação ou com a ideia de proporcionalidade, envolvendo fatores de 1 algarismo ou fatores de 1 e 2 algarismos; de divisão com ideia de repartir em partes iguais, de medida ou de proporcionalidade (terça e quarta parte), sem apoio de imagem, envolvendo números de até 2 algarismos.

Quanto os resultados da Prova Brasil, até o presente momento, os dados até 2015 encontram-se disponíveis, como demonstra o quadro 2:

Quadro 2 – Prova Brasil – IDEB – Resultados e Metas

Prova Brasil – IDEB – Resultados e Metas			
ANO	METAS	ANO	MÉDIA

	PROJETADAS		
2007	4.4	2007	4.1
2009	4.7	2009	5.1
2011	5.1	2011	5.2
2013	5.4	2013	5.8
2015	5.6	2015	6.0
2017	5.9		
2019	6.2		
2021	6.4		

Fonte: Sandini e Amaro (2019).

Ao observar os resultados, é possível compreender, um desempenho mediano na ANA, visto que foi possível atingir melhores resultados educacionais. Entretanto, a Prova Brasil mostrou-se com resultados bons, uma vez que se esperava atingir apenas 6.0 em 2018, mas essa média foi atingida em 2015. É evidente que a educação é um processo, por isso, mesmo que a avaliação seja para os alunos dos 5º anos, há um reflexo do que se aprendeu nos anos anteriores.

Além disso, é necessário considerar, ainda, assim como destacam Ball, Maguire e Braun, (2016, p. 17), que a implantação de uma política é apenas uma parte da educação, isso porque se trata de um processo complexo e coletivo, que precisa fazer sentido para os professores:

Os professores simplesmente fazem parte da política, reiteram-na, refratam-na, implementam-na? Ou a política também faz sentido dos professores, torna-os o que eles são na escola e na sala de aula, maquia-os produz-os, articula-os. Há uma complexa teia de interpretações, traduções, “leituras ativas” e trabalho de “escrita” ao redor da política.

Há vários fatores envolvidos no ensino-aprendizagem dentro das escolas, desse modo os resultados obtidos, não são decorrentes apenas de um programa, mas de um conjunto de outros fatores que se relacionam com a educação. Pois como os autores destacam a política é um processo complexo, sendo a escola, apenas uma parte dessa política. “Há mais sobre ensino e a vida escolar do que a política” (Ball, Maguire e Braun, 2016, p. 18).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, observou-se a importância da alfabetização para o exercício da cidadania, bem como a ênfase dada a esse processo, por meio das políticas educacionais, especificamente o PNAIC, o qual trabalha com formação continuada dos professores.

Ao longo da pesquisa buscamos contribuir com as reflexões em torno do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, sobre o processo de Alfabetização e a formação dos professores, elucidando alguns índices de desempenho obtido pelos alunos nas Provas: Avaliação Rev. Educ., Cult. Soc., Sinop/MT/Brasil, v. 9, n. 2, p. 114-129, jul./dez. 2019.

Nacional de Alfabetização (ANA) e Prova Brasil no município de Guarapuava, por meio desse estudo, pudemos perceber que as metas previstas pelas políticas educacionais vigentes, foram atingidas antes do previsto, tendo um resultado positivo e satisfatório. Entretanto, concordamos com Ball, Maguire e Braun, (2016) que o trabalho com política, muitas vezes é um processo fragmentado e complexo, e que coloca-las em prática exige um processo criativo, sofisticado e complexo.

Nesse sentido, destacamos a formação continuada como um dos elementos que contribuiu para o resultado positivo, entendendo que o exercício profissional do magistério envolve o plural, a coletividade, entre outras questões que não se limitam a um fenômeno bem circunscrito. Desse modo, o PNAIC tem a proposta de uma formação continuada dos professores alfabetizadores, acompanhando o trabalho desses profissionais e oferecendo discussões atualizadas acerca do processo de alfabetização.

Compreendemos que o PNAIC entende que a alfabetização é uma importante fase do aprendizado das crianças, pois um aluno bem alfabetizado terá mais facilidade de progredir em seus estudos, além poder ler o mundo em que vive. É por esse motivo, que os profissionais atuantes no ciclo de alfabetização, devem estar preparados para oferecer as melhores aulas e o apoio necessário para as crianças.

Ressaltamos que apesar de ser indiscutível a importância de um profissional bem preparado atuando em sala, e que esteja em constante formação e atualização, ainda não é o suficiente para alcançar uma educação de qualidade. Melhores condições de trabalho, salários condizentes com sua carga horária de trabalho, infraestrutura das escolas, materiais didáticos, merenda de qualidade, engajamento das famílias na educação dos alunos, além de muitos outros fatores interferem nesse processo, inclusive e principalmente políticas docentes que respondam as demandas atuais.

Assentimos que a formação continuada direcionada aos alfabetizadores é necessária e tem sua contribuição nas melhorias no processo de formação e atuação dos profissionais e a tão almejada alfabetização efetiva, das crianças até os 8 anos de idade, entretanto há uma complexidade de fatores que interferem nesse processo, desse modo, não podemos apenas responsabilizar os professores, que apesar de ter um papel importante, não são os únicos atores envolvidos nesse processo.

NATIONAL POTENTIAL FOR LITERACY IN THE RIGHT AGE - PNAIC: SOME NOTES ABOUT THE PROGRAM IN THE CITY OF GUARAPUAVA-PR

ABSTRACT

It is of great importance to understand the importance of literacy in the schooling of children and also in the exercise of citizenship, since a literate person is able to interact socially, having greater access to information, able to form and state their opinion, socially and politically. Thus, we seek to contribute to the reflections on the National Pact for Literacy in the Right Age, on the process of Literacy and teacher training, elucidating some performance indexes obtained by the students in the National Literacy Assessment (ANA) and Prova Brasil in the municipality of Guarapuava. This research is qualitative, exploratory-descriptive in nature. This is because we seek to explore the possible relationships between educational policies, quality and performance in education in a given context. Through this study, we could perceive that the goals established by the educational policies in force, were achieved earlier than expected, with a positive and satisfactory result. In this sense, we emphasize continuing education as one of the elements that contributed to the positive result, understanding that the professional practice of teaching involves the plural, the community, among other issues that are not limited to a phenomenon well circumscribed.

Keywords: Teacher training; literacy; PNAIC.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg.; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BALL, Stephen. **Sociologia das políticas educacionais e pesquisa críticosocial: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional**. Currículo sem Fronteiras. Universidade de Londres, Reino Unido, 2006.

BRASIL, MEC. **Histórico**. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/historico-pnaic>>. Acesso em: 28/12/2017.

BRASIL, MEC/SASE. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Avaliação no ciclo da alfabetização: Reflexões e sugestões. Brasília, 2012.

BRASIL. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa**. Livreto de apresentação. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.pacto.proex.ufu.br/sites/pacto.proex.ufu.br/files/files/pacto_livreto_manual.pdf> Acesso em: 02 set. 2016.

BRASIL. Portaria MEC nº 1.144, de 10 de outubro de 2016. **Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental**. Diário Oficial da União, 11 out. 2016. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49121-port-1145-11out-pdf/file>> Acesso em 29mai.2018.

BRASIL. Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais**. Diário Oficial da União, 5 jul. 2012a. Seção 1.

BRASIL. Portaria MEC nº 90, de 06 de fevereiro de 2013. **Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Diário Oficial da União. Seção 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12498-portaria-alfabetiza-070213-pdf&category_slug=fevereiro-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 26 mai.2018.

BRASIL. Portaria nº - 851, de 13 de julho de 2017. **Define o valor das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores da pré-escola, alfabetizadores e do ensino fundamental, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC e do Programa Novo Mais Educação – PNME.** Diário Oficial da União, 14 de julho de 2017. Seção 1. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_851_13072017.pdf> Acesso em 27 dez.2017.

BRASIL. Portaria nº 826/2017/MEC. **Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação – PNME.** Diário Oficial da União, Brasília, 10 jul. 2017. Seção 1. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_mec_826_alterada.pdf> Acesso em: 29 mai.2018.

CARDOSO, Cancionila Janzkovski. e CARDOSO, André Luíz. Janzkovski. **Formação continuada no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** alinhamento entre práticas, princípios formativos e objetivos. Ponta Grossa: Práxis Educativa. 2016

CALDEIRA, A. M. S. La práctica docente cotidiana de una maestra y el proceso de apropiación y construcción de su saber. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1993. (Tese de doutorado). In: SILVA, A. J.; MOITA, F. M. G. S. C. Utopia ou realidade: a formação docente numa perspectiva reflexiva com foco nas metas do PNE. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campinas: UNICAMP, 2012.

CORBETTA, P. **Social research: theory, methods and techniques.** London: Sage, 2003. Capítulo 10 (qualitative interview) pp. 264-286.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. **A qualidade da educação:** perspectivas e desafios. Cad. Cedes, Campinas. 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>>. Acesso em: 08/07/2018.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização:** leitura do mundo, leitura da palavra. Tradução de: OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
GATTI, B. A.; BARRETTO, B. S. de S.; ANDRÉ, M.E.D. de A. **Políticas Docentes no Brasil:** um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GODOY, Arllda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
INEP. **Painel Educacional Municipal.** Disponível em: <<http://ana.inep.gov.br/ANA/>> Acesso em: 06 jan. 2018.

KLEIN, Ana Maria, GALINDO, Monica Abrantes, D'AGUA, Solange Vera Nunes Lima. **Os significados da formação docente desenvolvida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Ponta Grossa: Práxis Educativa, 2016.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MOREIRA, Jani Alves da Silva.; SAITO, Heloísa Irie Toshie. **Da erradicação do analfabetismo ao compromisso de alfabetização na idade certa**: rumo a uma política nacional para alfabetização escolar? Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 16, n. 3, p. 55-64, Set./Dez. 2013

PNE em movimento. **Planos Subnacionais De Educação**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 02/06/2019.

PNE em movimento. **Plano Nacional De Educação** - LEI N° 13.005/2014. Disponível em:<<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em: 02/06/2019.

POSSA, L.B.; BRAGAMONTE, P. L. de A. Efeitos das políticas internacionais e a emergência do PNAIC – PACTO no Brasil. **Roteiro**, Joaçaba, v.43,n1, p.155-184, jan/abr, 2018.

SOARES, M. **A entrada da criança no mundo da escrita**: O papel da escola. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Ensino fundamental de nove anos. Orientações pedagógicas para os anos iniciais/ autores: Ângela Mari Gusso...(et al.) organizadores: Arleandra Cristina Talin do Amaral, Roseli Correia de Barros Casagrande, Viviane Chulek.- SEED 2010. 176 p.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador. 2003.

VIÉDES, S. C. A e BRITO, V. M. **A política educacional de alfabetização da criança consubstanciada pelos programas, projetos e pactos**: o novo ou tudo de novo?. São Paulo: Revista HISTEDBR On-line, p. 147-171. 2015.

Recebido em 10 de março de 2019. Aprovado em 06 de junho de 2019.